

SESSÃO DE APRESENTAÇÃO

Relatório do Estado do Ambiente 2017

A Agência Portuguesa do Ambiente apresenta hoje o Relatório do Estado do Ambiente 2017, a partir das 14h30, no Salão Nobre, do Ministério do Ambiente, em Lisboa.

O Relatório do Estado do Ambiente (REA) comemora este ano 30 anos de análise do estado do ambiente em Portugal – um exercício anual de reconhecimento dos progressos alcançados, mas também dos principais constrangimentos, identificando a posição do País face aos compromissos e metas assumidos em matéria de ambiente e desenvolvimento sustentável.

Está disponível para consulta o [Relatório do Estado do Ambiente 2017](#) (REA 2017). A edição de 2017 inclui **41 fichas temáticas de indicadores**, organizadas em oito domínios ambientais: Economia e Ambiente, Energia e Clima, Transportes, Ar e Ruído, Água, Solo e Biodiversidade, Resíduos e Riscos Ambientais. O Relatório contém ainda **8 infografias**, uma para cada domínio ambiental, que resumem os valores-chave da evolução dos indicadores analisados. O documento apresenta também a atualização dos [cenários macroeconómicos](#) de possível evolução da economia portuguesa no horizonte 2050.

Das principais conclusões do Relatório, merecem particular destaque:

Economia e Ambiente

- Após ter atingido um pico em 2008, o **consumo interno de materiais** (CIM) apresentou uma tendência decrescente até 2014, ano em que essa tendência foi interrompida. Porém em 2016, o CIM voltou a descer 1,3% face a 2015, cifrando-se nos 161,1 milhões de toneladas.
- Em 2016, o valor dos **impostos com relevância ambiental** coletados em Portugal correspondeu a 4,796 mil milhões de euros, sendo o quarto ano consecutivo em que a receita aumentou, invertendo a tendência descendente verificada entre 2008 e 2012 (com exceção de 2010).
- Um indicador indireto de atividade económica é o de processos de **avaliação de impacto ambiental** (AIA) que passaram de 202, em 2008, para 61 em 2016, o que reflete uma tendência decrescente do número de processos de avaliação ao longo dos últimos anos.

Energia e Clima

- As **importações de energia** ocorridas em 2016 diminuíram cerca de 4% face ao ano anterior, enquanto a **produção doméstica** cresceu 12,7%. Manteve-se a elevada **intensidade energética da economia** (133,9 tep/M€ de PIB em 2015), apesar de revelar uma tendência decrescente desde 2005 (exceto em 2009, 2013 e 2015). Por outro lado, a **dependência energética do exterior** voltou a diminuir, situando-se nos 74,8% em 2016 (era 88,8% em 2005).
- No que diz respeito às **energias renováveis**, Portugal apresentou, em 2016, uma taxa de 62,0% de produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis (para efeitos da Diretiva FER foi de 54,1%). Em 2015, o ano mais recente disponível no Eurostat, Portugal teve uma incorporação de renováveis no consumo final bruto de energia de 52,6%, o que representou a terceira taxa mais alta da UE.
- Em 2015, o total das **emissões de gases com efeito de estufa (GEE)**, excluindo o sector florestal e alteração de uso do solo (LULUCF), foi estimado em cerca de 68,9 milhões de toneladas de CO₂ equivalente, o que representa um aumento de 15,7% face a 1990 e de 7,1% face a 2014. Em termos das emissões por sector de atividade, e à semelhança dos anos anteriores, o sector da energia foi o que mais contribuiu para este total em 2015 (70%), sendo a produção e transformação de energia e os transportes os subsectores com maior relevância (27% e 24% do total, respetivamente).
- Em Portugal continental, o ano de 2016 foi quente quanto à **temperatura do ar** e “normal” quanto à quantidade de **precipitação**, sendo a primavera de 2016 a mais chuvosa dos últimos 15 anos e a 14.ª com o valor mais alto de precipitação desde 1931.

Transportes

- O **sector dos transportes** é um dos que apresenta maior **consumo de energia**, representando 36,5% do consumo total de energia primária em 2015. Este sector foi também uma das principais fontes de **emissões de GEE**, representando 24% do total das emissões nacionais em 2015.
- Em 2016, o **parque de veículos ligeiros de passageiros** atingiu os 4,8 milhões, mais 2,1% do que no ano anterior, o que corresponde a uma taxa de motorização de 470,5 veículos ligeiros de passageiros por 1 000 habitantes, a maior taxa dos últimos quatro anos.
- Por outro lado, a utilização do **transporte público de passageiros** aumentou pelo segundo ano consecutivo. Em 2016, o transporte marítimo teve um aumento de 11,3% na utilização e o metropolitano de 5,3%, tendo o comboio e a via fluvial apresentado um crescimento de 2,7% e 2,2%, respetivamente.
- Em 2016, 54,3% das exportações nacionais de mercadorias foram realizadas por via marítima, tal como 60,6% das importações, demonstrando que o **transporte de mercadorias** em território português continua a ser realizado predominantemente por via marítima.

Ar e Ruído

- Relativamente à **qualidade do ar**, a classe predominante do índice da qualidade do ar (IQAr) nos últimos anos tem sido “Bom”, tendência que se manteve em 2016, tendo-se inclusivamente verificado uma redução do número de dias com classificação “Médio”, “Fraco” e “Mau”.

- Em relação à **poluição por partículas inaláveis**, verifica-se uma concentração média anual de partículas PM₁₀ com tendência claramente decrescente entre 2001 (45,3 µg/m³) e 2016 (17 µg/m³), sendo que os valores registados nos últimos anos estão abaixo do valor limite imposto pela legislação (40 µg/m³).
- No caso da **poluição atmosférica por dióxido de azoto (NO₂)**, em 2016, registou-se um aumento da concentração média de NO₂, mais expressivo nas estações com influência de tráfego, e uma tendência constante nas restantes tipologias.
- Relativamente ao **ruído ambiente**, observa-se uma evolução positiva das entregas dos mapas estratégicos de ruído das grandes infraestruturas de transporte rodoviárias, ferroviárias e aéreas, e também das aglomerações, entre 2013 e 2017. No entanto, da sua análise sobressai que o número de pessoas expostas a níveis de ruído superiores ao limiar crítico, no período noturno, tem vindo a aumentar, estimando-se que cerca de 430 mil pessoas estejam expostas a níveis de ruído noturno prejudiciais à saúde.

Água

- Mantém-se o excelente nível de qualidade da **água para consumo humano** (99% de água segura na torneira do consumidor em 2016) e uma também excelente qualidade das **águas balneares** monitorizadas, com níveis de conformidade muito próximos dos 100%.
- A avaliação das **disponibilidades hídricas superficiais e subterrâneas** permite avaliar se o ano foi húmido, médio ou seco. Analisando os dados do ano hidrológico de 2016/17, verifica-se que o armazenamento hídrico superficial (albufeiras) observado foi, de uma forma geral, inferior à média em todas as regiões do Continente. No que concerne às disponibilidades hídricas subterrâneas, verifica-se um agravamento generalizado do nível de água subterrânea ao longo do ano hidrológico.
- Uma vez que a água é um bem escasso, a sua gestão sustentável passa pelo licenciamento das atividades que tenham impacto significativo no estado das águas. A **utilização de recursos hídricos** é analisada em termos de requerimentos submetidos e respetivos títulos emitidos. No período 2013-2016, 78,6% do total de títulos emitidos dizem respeito a captações de água e 12,7% a rejeição de águas residuais.

Solo e Biodiversidade

- O interesse da população pela conservação e utilização sustentável da biodiversidade, manifesta-se pelo aumento consistente do número total de **visitantes nas áreas protegidas**, que ascendeu a 341 747 em 2016 (+15,1% relativamente ao ano anterior). Em Portugal, a **Rede Natura 2 000** é composta por 107 áreas designadas no âmbito da Diretiva Habitats e 62 Zonas de Proteção Especial designadas no âmbito da Diretiva Aves, distribuídas pelo Continente e Regiões Autónomas.
- A **área agrícola em modo de produção biológico** registou, em 2016, um aumento de 21% face a 2010. A **venda de produtos fitofarmacêuticos** por unidade de Superfície Agrícola Utilizada diminuiu em 2015, registando um valor de 2,7 kg por hectare (-21% do que em 2014).
- Em termos de pescado, a **aquicultura** não se tem revelado, até à data, uma alternativa ao pescado proveniente da atividade da pesca. Em 2015, a produção aquícola nacional correspondeu apenas a 5,4% das descargas de pescado, atingindo 9 561 toneladas (-14,8% do que em 2014), sendo o pregado (26,5%) e a amêijoia (26,5%) as principais espécies produzidas.

Resíduos

- A **produção de resíduos urbanos** tem vindo a aumentar desde 2014, cifrando-se, em Portugal continental, nos 4,64 milhões de toneladas em 2016 (+2,6% face a 2015), o que corresponde a uma produção diária de 1,29 kg por habitante. Neste ano, a taxa de preparação para reutilização e reciclagem de resíduos urbanos foi de 38% e a deposição de resíduos urbanos biodegradáveis em aterro foi de 41% (45% em 2015).
- No que diz respeito à **reciclagem de fluxos específicos de resíduos** (embalagens e resíduos de embalagens, óleos lubrificantes usados, pneus usados, resíduos de equipamento elétrico e eletrónico, resíduos de pilhas e acumuladores, veículos em fim de vida e resíduos de construção e demolição), as taxas de reciclagem obtidas em 2016 permitiram o cumprimento das metas globais definidas na legislação, exceto para os veículos em fim de vida, que se estima terem ficado 1% abaixo da meta estabelecida para 2015 (85%).
- Analisando especificamente o fluxo de **resíduos de embalagens**, foram produzidos aproximadamente 1,57 milhões de toneladas em 2016, tendo resultado numa taxa de reciclagem de 62%, a taxa mais elevada desde 2013, um valor superior à meta de 55% estabelecida. As embalagens de papel e cartão, plástico e madeira apresentaram uma taxa de reciclagem igual ou superior às metas instituídas. No entanto o vidro, tal como nos anos anteriores, não alcançou a respetiva meta, desta vez por uma diferença de 1%.
- A produção de **resíduos perigosos** em Portugal atingiu o valor máximo em 2016, cerca de 832 mil toneladas, o que corresponde a um aumento de mais de 80% face ao mínimo registado em 2014. Para este aumento contribuiu o tratamento de passivos industriais e de solos contaminados. A maior parte dos resíduos perigosos produzidos em Portugal tiveram origem em atividades de recolha, tratamento e eliminação de resíduos (43,7%), no comércio e serviços (17,5%) e na indústria metalúrgica de base e produtos metálicos (8,9%).
- Em 2016, o total de rendimentos das entidades gestoras de resíduos, resultantes das prestações financeiras – **ecovalor** – assumidas pelo produtor pelos impactes ambientais associados aos respetivos produtos, foi de cerca de 84 milhões de euros, o que representou uma redução de 17% face ao ano anterior, aproximando-se dos rendimentos obtidos em 2014. Em 2016, as entidades gestoras investiram 3,4 milhões de euros em sensibilização e comunicação e 518 mil euros em investigação e desenvolvimento.

Riscos Ambientais

- No último dia de setembro de 2017, final do ano hidrológico 2016/2017, 88% do território nacional estava em situação de **seca meteorológica** severa ou extrema (o segundo valor mais elevado depois dos 97% atingidos em 2005). Em termos de monitorização da **seca hidrológica**, na mesma data, das 60 albufeiras monitorizadas, três apresentavam disponibilidades hídricas superiores a 80% do volume total e 23 tinham disponibilidades inferiores a 40% do volume total. Já os níveis de **águas subterrâneas** registados eram significativamente inferiores aos valores médios mensais da série histórica, observando-se inclusivamente valores inferiores ao percentil 20 em diversas massas de água.
- Em 2017 (dados provisórios), contabilizaram-se em Portugal continental 17 516 ocorrências (13 079 em 2016), das quais 21% correspondem a **incêndios florestais** e 79% a fogachos (ocorrências com área ardida)
- Em Portugal, a área de produção de **milho geneticamente modificado** atingiu um pico em 2012, apresentando desde então uma tendência decrescente (exceto em 2014). Em 2016, diminuiu 12% face ao ano anterior, perfazendo 7 057 hectares.

À semelhança da edição de 2015, o REA 2017 retoma a publicação de [artigos sobre temáticas ambientais](#), procurando abordar alguns dos atuais desenvolvimentos da política ambiental. Os 11 artigos, apresentados num documento separado, mas parte integrante deste relatório, contemplam temas tão diversos como a seca de 2017, o ordenamento do território, as estratégias municipais de adaptação às alterações climáticas, o Roteiro para a Neutralidade Carbónica, a Economia Circular, as guias eletrónicas de acompanhamento de resíduos, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a conservação e gestão sustentável do oceano, o lixo marinho, a plataforma única de inspeção e fiscalização da agricultura, mar e ambiente e a Estratégia Nacional de Educação Ambiental.

O REA, que comemora em 2017 trinta anos de análise do estado do ambiente em Portugal, pode ser consultado no [Portal do Estado do Ambiente](#).

###

Rua da Murgueira, 9/9A - Zambujal
Ap.7585 | 2610-124 Amadora | Portugal
Telefone: (+351) 21 472 82 00 | Fax: (+351) 21 471 90 74
media@apambiente.pt